



Número 83
Junho de 2009

A negociação de reajustes salariais em meio à crise internacional

A negociação de reajustes salariais em meio à crise internacional

Como parte das ações que visam avançar no entendimento acerca dos impactos da crise internacional no Brasil e, sobretudo, subsidiar o movimento sindical brasileiro em seus processos de negociação coletiva, o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) apresenta nesta Nota Técnica uma síntese dos reajustes salariais negociados em 2009.

No transcorrer dos cinco primeiros meses do ano, o SAS-DIEESE (Sistema de Acompanhamento de Salários) analisou o resultado das negociações salariais de 100 categorias de todo o Brasil.

Uma mudança importante em relação à metodologia de pesquisa merece ser destacada: com o intuito de construir um diagnóstico mais preciso dos impactos da crise na negociação dos reajustes salariais, a opção foi acompanhar em 2009 as mesmas unidades de negociação analisadas em 2008¹ e, ao longo da análise, considerar somente as negociações com informação de reajustes salariais nos dois anos. Neste estudo serão considerados, portanto, os reajustes salariais de 2008 e 2009 das mesmas 100 unidades de negociação.

Análise dos resultados

A análise dos reajustes de 2009 revela ligeira melhora diante do ano anterior: se em 2008, 89% das negociações consideradas asseguraram pelo menos a recomposição das perdas ocorridas durante a data-base, em 2009, esse percentual subiu para 96% das negociações. Por conseguinte, o percentual de negociações com reajustes inferiores ao INPC-IBGE² passou de 11%, em 2008, para 4%, em 2009. No entanto, o percentual de negociações que garantiu reajuste acima do índice de preços permaneceu quase inalterado: 77%, em 2008, e 78%, em 2009.

No geral, é visível a aproximação dos valores dos reajustes salariais à variação do INPC-IBGE. Em 2008, 12% tiveram reajustes que exatamente zeraram as perdas ocasionadas pela alta dos preços. Em 2009, os reajustes localizados nessa faixa atingem 18% do total.

¹ Em 2008, foram analisados pelo SAS-DIEESE 706 reajustes salariais.

² Índice Nacional de Preços ao Consumidor medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, principal índice inflacionário utilizado nas negociações salariais de todo o país.

Outra constatação que confirma esta aproximação é o expressivo aumento de categorias com ganhos de até 0,5% acima da inflação: em 2009 somaram 25% e em 2008, 15%.

Por outro lado, em 2009, são verificados quatro reajustes em patamar de ganho real acima de 4,5% do índice inflacionário, algo não observado no ano anterior (Tabela 1).

TABELA 1
Distribuição dos reajustes salariais segundo o INPC-IBGE
Brasil, 2008 e 2009

Variação	2008		2009	
	nº	%	nº	%
Acima do INPC	77	77,0	78	78,0
Mais de 5% acima	0	-	3	3,0
De 4,51% a 5% acima	0	-	1	1,0
De 4,01% a 4,5% acima	1	1,0	1	1,0
De 3,51% a 4% acima	0	-	2	2,0
De 3,01% a 3,5% acima	3	3,0	0	-
De 2,51% a 3% acima	3	3,0	4	4,0
De 2,01% a 2,5% acima	5	5,0	6	6,0
De 1,51% a 2% acima	9	9,0	2	2,0
De 1,01% a 1,5% acima	23	23,0	18	18,0
De 0,51% a 1% acima	18	18,0	16	16,0
De 0,01% a 0,5% acima	15	15,0	25	25,0
Igual ao INPC	12	12,0	18	18,0
De 0,01% a 0,5% abaixo	9	9,0	2	2,0
De 0,51% a 1% abaixo	2	2,0	1	1,0
De 1,01% a 1,5% abaixo	0	-	1	1,0
Abaixo do INPC	11	11,0	4	4,0
Total	100	100,0	100	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistemas de Acompanhamento de Salários

Resultados segundo os setores econômicos

Ao analisar os reajustes salariais segundo os setores da economia, observam-se resultados heterogêneos. Nas unidades de negociação da indústria – certamente o setor mais afetado pela crise –, o percentual de reajustes acima da inflação sofre ligeira redução: variou de 86% para 83%. De outro lado, 11% das unidades de negociação obtiveram reajuste idêntico ao INPC-IBGE, apenas recompondo o poder de compra dos salários (em 2008, foi

8%). Quanto ao percentual de negociações com reajustes localizados nas duas faixas mais próximas ao índice (0,01% até 0,5% e 0,51 até 1%), nota-se um salto: passou de 28%, em 2008, para 58% neste ano. Sobre a ocorrência de reajustes abaixo do INPC-IBGE, estes permaneceram próximo dos 6% (Tabela 2).

TABELA 2
Distribuição dos reajustes salariais na indústria
em comparação com o INPC-IBGE
Brasil - 2008 e 2009

Variação	2008		2009	
	nº	%	nº	%
Acima do INPC	31	86,1	30	83,3
Mais de 5% acima	0	-	1	2,8
De 4,51% a 5% acima	0	-	0	-
De 4,01% a 4,5% acima	0	-	0	-
De 3,51% a 4% acima	0	-	0	-
De 3,01% a 3,5% acima	2	5,6	0	-
De 2,51% a 3% acima	0	-	1	2,8
De 2,01% a 2,5% acima	1	2,8	0	-
De 1,51% a 2% acima	6	16,7	1	2,8
De 1,01% a 1,5% acima	12	33,3	6	16,7
De 0,51% a 1% acima	7	19,4	9	25,0
De 0,01% a 0,5% acima	3	8,3	12	33,3
Igual ao INPC	3	8,3	4	11,1
De 0,01% a 0,5% abaixo	1	2,8	1	2,8
De 0,51% a 1% abaixo	1	2,8	0	-
De 1,01% a 1,5% abaixo	0	-	1	2,8
Abaixo do INPC	2	5,6	2	5,6
Total	36	100,0	36	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistemas de Acompanhamento de Salários

No comércio, a situação é um pouco diferente. Assim como ocorre na indústria, o percentual de negociações com reajustes iguais ao INPC-IBGE subiu. Porém, quanto aos reajustes acima e abaixo da inflação, o comportamento foi diferente. Houve redução no número de reajustes acima do INPC-IBGE – embora em número pouco significativo – e nenhuma ocorrência de reajustes abaixo do índice, contra 13% observados em 2008 (Tabela 3).

TABELA 3
Distribuição dos reajustes salariais no
comércio em comparação com o INPC-IBGE
Brasil - 2008 e 2009

Variação	2008		2009	
	nº	%	nº	%
Acima do INPC	11	73,3	10	66,7
De 3,51% a 4% acima	0	-	1	6,7
De 3,01% a 3,5% acima	0	-	0	-
De 2,51% a 3% acima	0	-	0	-
De 2,01% a 2,5% acima	0	-	1	6,7
De 1,51% a 2% acima	1	6,7	0	-
De 1,01% a 1,5% acima	3	20,0	4	26,7
De 0,51% a 1% acima	5	33,3	2	13,3
De 0,01% a 0,5% acima	2	13,3	2	13,3
Igual ao INPC	2	13,3	5	33,3
De 0,01% a 0,5% abaixo	2	13,3	0	-
Abaixo do INPC	2	13,3	0	-
Total	15	100,0	15	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistemas de Acompanhamento de Salários

O setor de prestação de serviços é, sem dúvida, o que apresenta o melhor desempenho na comparação entre 2008 e 2009. Como ser visto na Tabela 4, o percentual de categorias com perdas salariais no setor foi reduzido de 14% para 4% e o percentual das que conquistaram aumentos reais subiu de 71% para 78%. Além disso, em 2009, o número de negociações com aumentos reais situados nas faixas mais altas da tabela é superior ao observado em 2008. Quanto aos reajustes iguais ao INPC-IBGE, subiram de 14%, em 2008, para pouco mais de 18%, em 2009.

TABELA 4
Distribuição dos reajustes salariais em serviços
em comparação com o INPC-IBGE
Brasil - 2008 e 2009

Variação	2008		2009	
	nº	%	nº	%
Acima do INPC	35	71,4	38	77,6
Mais de 5% acima	0	-	2	4,1
De 4,51% a 5% acima	0	-	1	2,0
De 4,01% a 4,5% acima	1	2,0	1	2,0
De 3,51% a 4% acima	0	-	1	2,0
De 3,01% a 3,5% acima	1	2,0	0	-
De 2,51% a 3% acima	3	6,1	3	6,1
De 2,01% a 2,5% acima	4	8,2	5	10,2
De 1,51% a 2% acima	2	4,1	1	2,0
De 1,01% a 1,5% acima	8	16,3	8	16,3
De 0,51% a 1% acima	6	12,2	5	10,2
De 0,01% a 0,5% acima	10	20,4	11	22,4
Igual ao INPC	7	14,3	9	18,4
De 0,01% a 0,5% abaixo	6	12,2	1	2,0
De 0,51% a 1% abaixo	1	2,0	1	2,0
Abaixo do INPC	7	14,3	2	4,1
Total	49	100,0	49	100,0

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistemas de Acompanhamento de Salários

A Tabela 5, a seguir, apresenta o percentual de negociações com reajustes iguais e acima do INPC-IBGE em 2008 e 2009, segundo a atividade econômica.

Na indústria não se observa mudanças no quadro verificado em 2008. Neste setor, as únicas atividades que apresentaram negociações com reajustes abaixo da inflação foram a metalúrgica e a química e farmacêutica, porém em proporção igual nos dois anos.

Entre as unidades do setor do comércio, o agregado varejista e atacadista melhorou seu desempenho: em 2008, 80% das negociações garantiram ao menos a recomposição do poder de compra. Em 2009, todas as negociações garantiram esse patamar mínimo.

No setor de serviços, os trabalhadores em educação, processamento de dados e bancos e seguros privados tiveram 100% das negociações com percentuais iguais ou acima do INPC-IBGE, em 2009. No turismo e hospitalidade também ocorreu melhora: em 2008, 81% das unidades de negociação garantiram pelo menos a manutenção dos salários, já em 2009, o percentual subiu para 94%.

TABELA 5
Total de reajustes salariais e número e porcentagem
de resultados iguais ou superiores ao INPC-IBGE
Brasil - 2008 e 2009

Setor/ramo	2008		2009	
	nº	%	nº	%
INDÚSTRIA	34	94,4	34	94,4
Alimentação	3	100,0	3	100,0
Construção e Mobiliário	7	100,0	7	100,0
Extrativista	2	100,0	2	100,0
Gráfica	5	100,0	5	100,0
Instrumentos Musicais e Brinquedos	1	100,0	1	100,0
Metalúrgica, Mecânica e de Mat. Elétrico	3	75,0	3	75,0
Papel, Papelão e Cortiça	1	100,0	1	100,0
Química e Farmacêutica	4	80,0	4	80,0
Fiação e Tecelagem	2	100,0	2	100,0
Vestuário	6	100,0	6	100,0
COMÉRCIO	13	86,7	15	100,0
Varejista e Atacadista	8	80,0	10	100,0
Minérios e Derivados de Petróleo	3	100,0	3	100,0
Propagandistas e Vend. Prod. Farm.	2	100,0	2	100,0
SERVIÇOS	42	85,7	47	95,9
Bancos e Seguros Privados	3	75,0	4	100,0
Comunicação, Public. e Empresas Jornal.	4	100,0	4	100,0
Difusão Cultural	1	100,0	1	100,0
Educação	7	87,5	8	100,0
Processamento de Dados	1	50,0	2	100,0
Segurança e Vigilância	9	100,0	9	100,0
Serviços de Saúde	1	50,0	1	50,0
Transportes	3	100,0	3	100,0
Turismo e Hospitalidade	13	81,3	15	93,8

Fonte: DIEESE. SAS-DIEESE – Sistemas de Acompanhamento de Salários

Considerações finais

Conforme apresentado nesta Nota Técnica, é possível notar que a instabilidade econômica causada pela crise internacional até o momento não se refletiu de forma negativa nas negociações coletivas dos reajustes salariais.

A melhora observada nos resultados pode estar associada a fatores já bastante discutidos pelo DIEESE. Nos últimos anos, todos os estudos que trataram da negociação dos reajustes salariais têm revelado a estreita relação entre o desempenho da ação sindical neste

item de pauta com o comportamento dos preços. A partir de 2003, sempre que a inflação regrediu, os ganhos conquistados pelos trabalhadores foram maiores. Em 2009, a trajetória de queda da inflação, observada nos primeiros cinco meses, certamente contribuiu para que os reajustes salariais fossem maiores que a inflação acumulada durante a data-base das categorias.

Contudo, o agravamento da crise internacional a partir de setembro de 2008 teve reflexos negativos no nível de emprego industrial, notadamente nos setores exportadores e aqueles dependentes do crédito interno e externo.

Mesmo diante das incertezas sobre o futuro, o bom desempenho da atividade econômica observado até setembro do ano passado foi um dos fatores que possibilitou a manutenção da conquista de reajustes salariais nos moldes do que tem sido praticado nos últimos anos.

Combinada à queda da inflação e às pressões sindicais, a recomposição das perdas e a conquista de aumentos reais, ainda que modestos, não sofreram nenhuma alteração nos meses que se seguiram a setembro de 2008.

Esse dado reforça a hipótese de que o ajuste das empresas em resposta à crise econômica ocorreu principalmente pelo expediente da demissão de trabalhadores, especialmente no setor industrial, e não pelos reajustes salariais das categorias. Já a opção pela demissão tem sido aferida tanto pela Pesquisa de Emprego e Desemprego desenvolvida pelo DIEESE, em convênio com a Fundação Sistema de Análises de Dados/SEADE, quanto pelos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego.

Por fim, é importante ressaltar que a presente Nota Técnica analisa, única e exclusivamente, o desempenho dos reajustes salariais no período 2008-2009, o que impede a extrapolação dos resultados para o comportamento das negociações dos demais itens que compõem a remuneração do trabalhador, como participação nos lucros e/ou resultados das empresas, abono salarial, piso salarial, auxílio alimentação, dentre outros.

Notas metodológicas

1. As informações que embasam este estudo foram extraídas de acordos e convenções coletivas de trabalho registradas no Sistema de Acompanhamento de Salários – SAS-DIEESE. Os documentos foram remetidos ao DIEESE pelas entidades sindicais envolvidas nas negociações coletivas ou pelos escritórios regionais e subseções (unidades de trabalho do DIEESE que funcionam dentro de entidades sindicais). Complementarmente, também foi considerado o noticiário da imprensa escrita e dos veículos impressos ou virtuais do meio sindical – jornais e revistas de sindicatos representativos de trabalhadores e de entidades sindicais empresariais.
2. Os dados aqui apresentados têm valor indicativo e buscam captar tendências da negociação salarial no país.
3. O painel de informações utilizado não permite extrapolações para além do conjunto exposto neste trabalho, dado que não se trata de amostra estatística.
4. Cada registro do painel refere-se a uma unidade de negociação. Entende-se, por unidade de negociação, cada núcleo de negociação coletiva entre representantes de trabalhadores e empresários que resulta num documento formalizado entre as partes.
5. Foram excluídos desta pesquisa os contratos assinados por entidades representativas de trabalhadores rurais e de funcionários públicos. Isto se deve às peculiaridades da dinâmica e dos resultados das negociações dessas categorias, que diferem significativamente das desenvolvidas nos demais setores econômicos.
6. O foco exclusivo das análises realizadas nesta pesquisa são as negociações por reajuste dos salários diretos. Não faz parte das pretensões deste trabalho, portanto, a abordagem dos efeitos de vantagens compensatórias acordadas sob a forma de remuneração indireta ou variável (auxílios e adicionais).
7. Os reajustes aplicados aos pisos salariais são frequentemente mais elevados do que os incidentes sobre as faixas de remuneração superiores. Para a elaboração deste estudo, foram desconsiderados os percentuais de reajuste dirigidos exclusivamente aos pisos.
8. No caso de reajustes salariais escalonados por faixas de remuneração, foi registrado o percentual incidente sobre o menor salário ou, quando disponível a informação, sobre a faixa salarial mais abrangente.

Rua Ministro Godói, 310
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Direção Executiva

Tadeu Moraes de Sousa – Presidente
STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais
Elétricos de São Paulo e Mogi das Cruzes
Alberto Soares da Silva – Vice-presidente
STI de Energia Elétrica de Campinas
João Vicente Silva Cayres – Secretário
Sindicato dos Metalúrgicos do ABC
Antonio Sabóia B. Junior – Diretor
SEE Bancários de São Paulo, Osasco e Região
Antonio de Sousa – Diretor
STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico
de Osasco e Região
Paulo de Tarso G. B. Costa – Diretor
Sindicato dos Eletricistas da Bahia
José Carlos de Souza – Diretor
STI de Energia Elétrica de São Paulo
Carlos Donizeti França de Oliveira – Diretor
Femaco – FE em Serviços de Asseio e
Conservação Ambiental Urbana
e Áreas Verdes do Estado de São Paulo
Mara Luzia Feltes – Diretora
SEE Assessoramentos, Perícias, Informações,
Pesquisas e Fundações Estaduais do Rio Grande do
Sul
Zenaide Honório – Diretora
Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de São
Paulo (Apeoesp)
Pedro Celso Rosa – Diretor
STI Metalúrgicas, de Máquinas, Mecânicas, de
Material Elétrico de Veículos
e Peças Automotivas de Curitiba
Josinaldo José de Barros – Diretor
STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais
Elétricos de Guarulhos, Arujá, Mairiporã e Santa
Isabel
Antonio Eustáquio Ribeiro – Diretor
SEE Bancários de Brasília – CNTT/CUT

Direção técnica

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico
Ademir Figueiredo – coordenador de estudos e
desenvolvimento
José Silvestre Prado de Oliveira – coordenador de
relações sindicais
Francisco J.C. de Oliveira – coordenador de
pesquisas
Nelson de Chueri Karam – coordenador de
educação
Claudia Fragozo dos Santos – coordenadora
administrativa e financeira

Equipe técnica

Luís Augusto Ribeiro Costa
Rafael Soares Serrao
Sergio Mendonça

Equipe de Apoio

Laura Tereza de Sá e Benevides Inoue
Mahatma Ramos dos Santos
Victor Gnecco S. Pagani